

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

113 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 28/02 a 04/03/2022

1. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU	1
Debate com o Presidente da Ucrânia	1
Resolução sobre a Ucrânia	2
2. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR COSAC	2
3. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR GCPC EUROPOL	3
4. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR CONFERÊNCIA DIGITAL E ESPAÇO	4
5. COMISSÃO EUROPEIA POLÍTICA FISCAL 2023	4
6. NEXT GENERATION EU PRIMEIRO RELATÓRIO ANUAL	5
7. COMISSÃO EUROPEIA MODELO CRESCIMENTO EUROPEU	6
8. COMISSÃO EUROPEIA ORIENTAÇÕES MECANISMO CONDICIONALIDADE	6
9. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA ESTUDO DAS RECOMENDAÇÕES	6
10. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	7
Videoconferência informal dos ministros dos Negócios dos Estrangeiros (Defesa)	7
Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) sobre Energia	7
Reunião informal dos ministros responsáveis pela Política de Coesão	7
Videoconferência informal dos ministros da agricultura	7
Videoconferência informal dos ministros da Economia e das Finanças	8
Conselho de Justiça e Assuntos Internos	8
Reunião informal dos ministros responsáveis pelos assuntos europeus	8
11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	9
Conselho da União Europeia	9
12. ACADEMIA ESTUDOS TEMÁTICOS	9

1. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU¹

Debate com o Presidente da Ucrânia

O Parlamento Europeu (PE) realizou, no dia 1 de março, uma [sessão plenária](#) extraordinária para discutir e votar uma resolução sobre a agressão russa contra a Ucrânia, na qual intervieram, a partir de Kiev, o Presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenskyy, e o presidente do parlamento ucraniano, Ruslan Stefanchuk. Os presidentes do Conselho Europeu e da Comissão, Charles Michel e Ursula von der Leyen, e o chefe da diplomacia europeia, Josep Borrell, também participaram no debate.

No início do debate, a presidente do PE, Roberta Metsola (discurso completo em português [aqui](#)), afirmou que *“Vivemos hoje um momento sombrio devido à guerra de Putin. Uma guerra que não provocámos. Uma guerra que não começámos. Uma invasão vergonhosa de um Estado soberano e independente. Em nome do Parlamento Europeu, condeno a agressão militar russa contra a Ucrânia nos termos mais fortes possíveis e expresso a minha solidariedade para com todos os que sofrem e para os que são mortos”*. Acrescentou, ainda, que *“Vamos erguer-nos. Não ficaremos indiferentes quando aqueles que lutam nas ruas pelos nossos valores enfrentam a maciça máquina de guerra de Putin. Apoiaremos a jurisdição do Tribunal Penal Internacional e a investigação de crimes de guerra na Ucrânia. Vamos responsabilizá-lo”*.

O Presidente da Ucrânia, [Volodymyr Zelenskyy](#), interveio *“num intervalo entre ataques de mísseis”* para referir que o Parlamento Europeu e os líderes da UE devem agora *“provar que a UE está com a Ucrânia”*, enfatizando que falava *“hoje em nome dos cidadãos da Ucrânia que a defendem, pagando o preço final”*. Zelenskyy referiu-se ao ataque a Kharkiv, *“a cidade com a maior praça do país, chamada Praça da Liberdade”* para destacar que, nessa manhã, *“dois mísseis atingiram esta Praça da Liberdade, provocando dezenas de mortos. Este é o preço que estamos a pagar pela nossa liberdade. A partir de agora, cada praça em cada cidade ucraniana será chamada Praça da Liberdade”*.

Concluiu, referindo que *“Estamos a lutar pelos nossos direitos, pelas nossas liberdades, pelas nossas vidas e, de momento, pela nossa sobrevivência. Estamos também a lutar para sermos membros iguais da Europa. Por isso, agora, provem que estão connosco”*, apelando a que as instituições europeias *“Provem que são de facto europeus e então a vida vencerá a morte, e a luz vencerá as trevas. Glória à Ucrânia”*.

O presidente do parlamento ucraniano, [Ruslan Stefanchuk](#), afirmou que *“A Ucrânia está a defender a fronteira do mundo civilizado e, se a Ucrânia cair, ninguém sabe onde os russos vão parar”*, defendendo que a melhor forma de apoiar a Ucrânia *“é um verdadeiro reconhecimento das nossas aspirações europeias”*.

O presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, qualificou a invasão russa como *“terrorismo geopolítico (...), pois é injustificada, não provocada e baseia-se em mentiras desprezíveis, acontecendo apenas por uma razão: porque na Praça Maidan escolheram a liberdade, a democracia e o Estado de direito”*. Assegurou, ainda, que o Conselho irá analisar o *“pedido sério, simbólico, político e, a meu ver, legítimo”* da Ucrânia para aderir à UE.

A presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, declarou que *“Este é um momento de verdade para a Europa. Não podemos dar a nossa segurança por garantida, temos de investir nela”*, destacando que *“se Putin procurava dividir a UE, a NATO e a comunidade internacional, conseguiu exatamente o oposto”*.

Josep Borrell, alto representante para a política externa e de segurança, considerou que *“Para fazer a paz, precisamos de ser dois, mas para a guerra um é suficiente, como o Sr. Putin demonstrou. É por isso que precisamos de aumentar muito a nossa capacidade de dissuasão, a fim de evitar a guerra”*,

¹ Fonte: Serviço de Imprensa do PE.

acrescentando que “*A defesa do Estado de direito e o reforço das relações comerciais não serão suficientes para transformar o mundo num lugar pacífico*”.

Os vídeos das intervenções de Charles Michel, Ursula von der Leyen e Josep Borrell estão disponíveis [aqui](#). Todos os líderes dos grupos políticos do PE intervieram no debate, nomeadamente Manfred Weber (PPE, DE), Iratxe García Pérez (S&D, ES), Stéphane Séjourné (Renew Europe, FR), Philippe Lamberts (Verdes/ALE, BE), Marco Zanni (ID, IT), Ryszard Antoni Legutko (ECR, PL) e Manon Aubry (Grupo da Esquerda, FR). Os vídeos das intervenções estão disponíveis [aqui](#).

O vídeo do debate está disponível [aqui](#), com uma intervenção do Deputado português [Pedro Marques \(S&D\)](#).

Resolução sobre a Ucrânia

O PE aprovou, de seguida, uma [resolução](#) (637 votos a favor, 13 contra e 26 abstenções) em que condena com a maior veemência a agressão militar “não provocada e injustificada” da Rússia contra a Ucrânia e exige que o Kremlin ponha termo a todas as ações militares no país, denunciando também o papel do Presidente bielorrusso Alexander Lukashenko nesta agressão.

Nesta resolução são exigidas sanções mais severas contra a Rússia, nomeadamente a restrição dos bens mais importantes exportados pela Rússia, como o petróleo e o gás, proibir novos investimentos da UE na Rússia (e vice-versa), bem como bloquear o acesso de todos os bancos russos ao sistema financeiro europeu e excluir a Rússia do sistema SWIFT. Várias sanções devem ser alargadas à Bielorrússia com base no seu apoio direto à invasão da Ucrânia pela Rússia.

O PE apela às instituições da UE para que “*desenvolvam esforços no sentido de conceder à Ucrânia o estatuto de país candidato à adesão à UE*”, em conformidade com o [artigo 49.º do Tratado da União Europeia](#) e baseado no mérito. Finalmente, apela-se aos Estados-Membros para que acelerem o fornecimento de armas defensivas à Ucrânia, em conformidade com o artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, que autoriza a legítima defesa, individual e coletiva.

2. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR | COSAC²

No âmbito da dimensão parlamentar da Presidência francesa do Conselho da UE, teve lugar, nos dias 3, 4 e 5 de março, a [LXVII reunião plenária da COSAC](#). A delegação da Assembleia da República para esta reunião foi constituída pelo Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos, e pelos Deputados da Comissão de Assuntos Europeus Isabel Oneto e Pedro Cegonho (PS), Isabel Meirelles e Paulo Moniz (PSD) e Bruno Dias (PCP). Da agenda de trabalhos constavam os seguintes painéis:

- **Primeira avaliação da Presidência Francesa do Conselho da União Europeia**, que contou com a participação do Primeiro-Ministro francês, Jean Castex, tendo os parlamentares saudado a Presidência francesa pelo seu programa ambicioso, nomeadamente no que respeita às transições verde e digital, e manifestado o seu apoio com as medidas tomadas contra a Rússia na sequência da invasão à Ucrânia.
- **Plano de recuperação para a Europa e o fim da crise**, com intervenções do Primeiro Vice-Presidente do Parlamento Europeu, Othmar Karas, do Presidente da SME Europe (*Small and medium sized enterprises Europe*), Ivan Stefanec, e do Membro do Conselho CEPS (*Center for European Policy Studies*), Daniel Gros. Os parlamentares referiram neste âmbito que a invasão da Ucrânia pela Rússia veio reforçar a necessidade da UE apostar na sua

² Ponto elaborado por Ana Montanha, Assessora da Comissão de Assuntos Europeus

- autonomia estratégica, destacaram o papel central das energias renováveis e aludiram à urgência em minimizar as burocracias para acesso aos investimentos.
- **Alteração climática e transição energética**, com intervenções do Presidente do Banco Europeu de Investimento, Werner Hoyer, do Presidente da *Business Europe*, Pierre Gattaz, e do Diretor-Geral da *Toulouse School of Economics* e professor do Colégio da Europa, Christian Gollier. A discussão centrou-se na urgência em acelerar a transição verde, tendo os parlamentares considerado que a dependência energética é uma ameaça à segurança da UE.
 - **Conferência sobre o Futuro da Europa**, que contou com intervenções dos dois co-presidentes do Conselho Executivo da conferência, Guy Verhofstadt, Deputado ao PE e Dubravka Šuica, Comissária Europeia, e ainda com uma mensagem de vídeo da Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen. Também neste painel a invasão da Ucrânia foi uma constante nas intervenções, tendo os parlamentares considerado que o futuro da Europa estava dependente da resolução deste conflito. Aludiram ainda às recomendações dos cidadãos e à importância em concretizá-las e apelaram a soluções mais solidárias para responder à crise migratória que o conflito provocou.
 - **Relatórios de Progresso dos Grupos de Trabalho da COSAC** (grupo de trabalho sobre o papel dos Parlamentos nacionais na UE e grupo de trabalho sobre o lugar dos valores europeus como sentimento de pertença à UE), tendo os presidentes dos respetivos grupos dado nota dos trabalhos realizados até ao momento.
 - **Debate sobre a Ucrânia**, que foi introduzido na agenda posteriormente, na sequência dos acontecimentos do dia 24 de fevereiro. Ainda que a situação da Ucrânia tenha sido amplamente referida em todos os painéis pelos oradores e parlamentares, também neste painel os parlamentares se manifestaram, condenando a invasão, saudando a posição da UE, por um lado, e apelando a medidas mais fortes, por outro.

É ainda de destacar a adoção, pela COSAC, da [declaração sobre a situação na Ucrânia](#), uma iniciativa da Presidência francesa e da troica presidencial, que foi co-assinada pelas delegações.

O registo vídeo desta Conferência encontra-se disponível [aqui](#).

3. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR | GCPC EUROPOL³

No âmbito da dimensão parlamentar da Presidência francesa do Conselho da UE, teve lugar, no dia 28 de fevereiro, por videoconferência, a [10.ª Reunião do Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto sobre a Europol](#), coorganizada pelo PE e pelo Parlamento francês, e na qual a Assembleia da República esteve representada por uma delegação conjunta da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e da Comissão de Assuntos Europeus, composta pelas Deputadas Isabel Oneto (PS), Sara Madruga da Costa (PSD) e Fabíola Cardoso (BE). Os trabalhos foram co-dirigidos pelo Presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos do Parlamento Europeu, Juan Fernando López Aguilar, e pelos representantes da Presidência francesa, Yaël Braun-pivet, chefe da delegação da Assembleia Nacional francesa, e François-Noël Buffet, chefe da delegação do Senado francês. O primeiro painel incidiu sobre as **atividades da Europol desenvolvidas entre outubro de 2021 a fevereiro de 2022** e incluiu a **apresentação do ponto de situação das negociações relativas à proposta de revisão do regulamento da Europol**, pela Diretora Executiva da Europol, Catherine De Bolle, e **do relatório da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados**, por Wojciech Wiewiórowski.

O debate temático sobre *Contributos da Europol para o combate ao tráfico de migrantes* contou com a participação do Diretor Executivo Adjunto da Europol, Jean Philippe Lecouffe, o Diretor Geral

³ Ponto elaborado por Elodie Rocha, Assessora da Comissão de Assuntos Europeus

Adjunto da DG HOME da Comissão Europeia, Johannes Luchner, uma perita em prevenção de crimes, Silke Albert, bem como da Comissária Europeia para os Assuntos Internos, Ylva Johansson, e o Ministro do Interior da França, Gérald Darmanin. No período de debate foram referidos os **desafios humanitários e de segurança colocados pela migração clandestina, as alterações decorrentes da pandemia de COVID-19 no que concerne a novas formas de operar e rotas utilizadas pelas redes de tráfico**, a necessidade de assegurar a transparência e a proteção de dados partilhados, e a importância de reforçar os esforços na investigação de cariz financeiro, nomeadamente no que diz respeito a crimes de branqueamento de capitais, tendo sido destacada a atual situação que se vive na Ucrânia e o fluxo migratório que poderá desencadear.

O debate temático sobre *Riscos e Oportunidades da Inteligência Artificial para a Europol* contou com a participação do Diretor Executivo Adjunto da Europol, Jürgen Ebner, do Vice-Diretor Geral da Direção-Geral para a Migração e Assuntos Internos da Comissão Europeia, Olivier Onidi, e da advogada e investigadora da *Law and Ethics of AI/Technology Faculty of Law, KU Leuven*, Nathalie Smuha. Durante a troca de impressões, foram sobretudo abordadas questões e **preocupações relacionadas com o tratamento de grandes conjuntos de dados – Big Data – e o direito à proteção de dados, a importância de definir um quadro legal para o uso da Inteligência Artificial (IA)**, vantagens do acesso da Europol a instrumentos tecnológicos inovadores no combate ao crime, com a disponibilização de recursos suficientes, humanos e financeiros, assim como a necessidade de assegurar uma vertente humana nos processos automáticos de decisão e de garantir uma formação adequada para os respetivos profissionais.

O vídeo da reunião encontra-se disponível [aqui](#).

4. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR | CONFERÊNCIA DIGITAL E ESPAÇO

Teve lugar no dia 2 de março, por videoconferência, a [Conferência de Presidentes de Comissão sobre Digital e Espaço](#), organizada pela dimensão parlamentar da Presidência francesa do Conselho da UE. A delegação da Assembleia da República que participou nesta Conferência foi composta pelo Presidente da Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD), pelo Presidente da Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, Deputado Firmino Marques (PSD), e pelos Deputados Diogo Leão (PS) e José Magalhães (PS) em representação da Comissão de Defesa Nacional e da Comissão de Cultura e Comunicação, respetivamente.

As duas sessões da Conferência foram dedicadas à discussão do **futuro das indústrias digitais e culturais** e aos **desafios para o espaço e defesa**, tendo sido destacada, na primeira sessão, a adaptação das indústrias culturais durante a pandemia, as suas consequências e o papel de novas plataformas digitais neste âmbito, e na segunda sessão a competitividade da indústria europeia espacial e de defesa, a nova economia do espaço e a segurança e defesa nesta sede.

O vídeo desta reunião pode ser consultado [aqui](#).

5. COMISSÃO EUROPEIA | POLÍTICA FISCAL 2023

A Comissão Europeia apresentou esta semana as [orientações sobre a condução da política orçamental para 2023](#), estabelecendo os princípios fundamentais para a avaliação pela Comissão dos [programas de estabilidade e convergência](#) dos Estados-Membros, bem como apresentando o ponto de situação da [análise da governação económica](#).

Importa referir que, tendo presente o [pacote de sanções](#) económicas adotado em solidariedade com a Ucrânia e os impactos na economia russa, prevê-se um impacto negativo nas perspetivas de crescimento e a necessidade de uma forte coordenação das políticas económicas e orçamentais.

A Comissão estabeleceu assim **cinco princípios fundamentais** para os planos orçamentais: assegurar uma coordenação de políticas e uma combinação coerente de políticas, assegurar a sustentabilidade da dívida através de um ajustamento orçamental gradual e de elevada qualidade, bem como do crescimento económico, promover o fomento do investimento e crescimento sustentável, promover estratégias orçamentais coerentes e com uma abordagem de médio prazo do ajustamento orçamental, tendo em conta o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, e diferenciar estratégias orçamentais, tendo em conta a dimensão da área do euro.

Refere ainda que as **estratégias orçamentais nacionais devem ser diferenciadas**: os Estados-Membros com uma dívida elevada devem dar início a uma redução gradual da dívida mediante um ajustamento orçamental em 2023, enquanto os Estados-Membros com um endividamento baixo e médio devem reforçar o investimento necessário para as transições ecológica e digital.

Recorde-se que se encontra em curso o debate público sobre a [revisão do quadro de governação económica da UE](#), cujo ponto de situação reflete a necessidade de trabalho mais aprofundado, sobretudo em assegurar a sustentabilidade da dívida e promover o crescimento sustentável, maior atenção à supervisão orçamental, debate aprofundado sobre os ensinamentos do MRR e simplificação, maior apropriação nacional e melhor aplicação.

A Comissão Europeia preparou uma seção de [perguntas e respostas](#) sobre o tema.

6. NEXT GENERATION EU | PRIMEIRO RELATÓRIO ANUAL

Foi adotado o [primeiro relatório anual](#) pela Comissão Europeia sobre a execução do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), elemento central do *NextGenerationEU*, indicando este relatório que foram realizados progressos importantes e confirmando que a execução do MRR está a avançar a bom ritmo.

A [análise efetuada pode ser dividida em três pontos](#):

- **ponto da situação no que respeita à execução**: após aprovação de 22 planos pelo Conselho, a Comissão desembolsou 56,6 mil milhões de euros em pagamento de pré-financiamento aos 21 Estados-Membros que o haviam solicitado, sendo que, até à data, cinco Estados-Membros apresentaram à Comissão os seus primeiros pedidos regulares de pagamento, esperando-se que em 2022 venham a ser apresentados mais 30 pedidos adicionais;
- **contribuição para os objetivos climáticos e digitais, bem como para os seis pilares**: cerca de 40% da dotação total dos planos foram consagrados a medidas de apoio a objetivos climáticos e todos os planos ultrapassam o objetivo climático de 37% previsto no regulamento, afetando ainda 26% do montante total de despesas para o setor digital. As despesas totais estimadas para a transição ecológica (1.º pilar) ascendem a 224,1 mil milhões de euros, para a transição digital (2.º pilar) a 130 mil milhões de euros, para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo (3.º pilar) a 223 mil milhões de euros, para as medidas de apoio à coesão (4.º pilar) a 193 mil milhões de euros, medidas de apoio à saúde e resiliência (5.º pilar) a 78 mil milhões de euros e políticas para a próxima geração (6.º pilar) a 49 mil milhões de euros;
- **valor acrescentado e repercussões**: o relatório destaca o valor acrescentado deste mecanismo como instrumento único baseado no desempenho e que apoia um programa inédito de

reformas e investimentos, prevendo-se repercussões positivas em toda a UE, apoiando a convergência económica e coesão social e territorial.

A Comissão preparou uma seção de [perguntas e respostas](#) sobre o tema.

7. COMISSÃO EUROPEIA | MODELO CRESCIMENTO EUROPEU

A Comissão apresentou também uma [comunicação sobre o modelo europeu de crescimento](#), relembrando os objetivos comuns que a UE e os Estados-Membros se comprometeram a alcançar relativamente à transição ecológica e digital e ao reforço da resiliência económica e social.

A comunicação apresenta os [principais investimentos e reformas necessários para a realização dos objetivos comuns e salienta a importância de uma ação coordenada por parte de todos os intervenientes envolvidos no processo](#), destacando-se assim quatro ações necessárias:

- investimentos e reformas que estão na base do modelo europeu de crescimento económico;
- rumo a uma economia ecológica, digital e resiliente;
- mobilizar uma ação coordenada a todos os níveis;
- assegurar uma transformação económica justa e inclusiva.

8. COMISSÃO EUROPEIA | ORIENTAÇÕES MECANISMO CONDICIONALIDADE

Temos dado nota em sínteses anteriores (nomeadamente [n.º 111, 106, 103 e 98](#)) das questões relativas ao Estado de direito e ao mecanismo de condicionalidade.

A Comissão Europeia adotou esta semana as suas [linhas de orientação relativas ao regime geral de condicionalidade](#), que visa proteger o orçamento da UE contra violações dos princípios do Estado de direito.

Estas [linhas de orientação explicam de forma pormenorizada a aplicação do regulamento](#), nomeadamente:

- **condições para a adoção de medidas**, incluindo identificação das violações dos princípios do Estado de direito e formas como determinar se essas violações afetam os interesses financeiros da União;
- **complementaridade entre o regulamento relativo à condicionalidade e outros instrumentos de proteção do orçamento da UE**, incluindo regras financeiras da UE e setoriais, regras sobre os fundos em regime de gestão partilhada e mecanismo de recuperação e resiliência;
- **necessidade de as medidas propostas serem proporcionadas**, adequadas e necessárias;
- **passos a seguir antes de serem propostas medidas**;
- **necessidade de proteger os direitos dos destinatários** finais ou dos beneficiários de financiamento da UE.

9. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA | ESTUDO DAS RECOMENDAÇÕES

O Parlamento Europeu publicou esta semana **dois estudos sobre as recomendações apresentadas pelos painéis de cidadãos 2 (democracia europeia, valores, direitos, Estado de direito e segurança) e 3 (alterações climáticas, ambiente e saúde) da Conferência sobre o Futuro da Europa**, apresentando uma seleção das resoluções mais recentes e relevantes do Parlamento Europeu

sobre o assunto e analisando a legislação existente e outros programas de financiamento da UE. Este documento não pretende servir como uma lista exaustiva de todas as resoluções do Parlamento Europeu e ações a nível da UE na área, mas sim contribuir para o debate e discussão durante o plenário da Conferência. Os documentos foram produzidos a pedido do co-presidente e membro do Parlamento Europeu Guy Verhofstadt e encontram-se disponíveis [aqui](#) e [aqui](#).

10. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Videoconferência informal dos ministros dos Negócios dos Estrangeiros (Defesa)

Os ministros reuniram para debater os [últimos acontecimentos na Ucrânia, reforçando o seu apoio](#), nomeadamente através do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz que ajudará as forças armadas ucranianas a defender a integridade territorial e a população no país. Serão ainda fornecidas informações geoespaciais através do centro de satélites e mantido o diálogo com outros países da região por parte da UE, prestando-lhes também apoio.

Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) sobre Energia

A reunião foi dedicada à troca de pontos de vista sobre a [situação energética na Ucrânia e na Europa](#). Foi debatido o apoio e assistência à Ucrânia nesta área, o aumento dos preços do gás e do petróleo causado pelas operações militares, tendo sido discutidas medidas de contingência no que se refere à **segurança do abastecimento, à otimização da gestão das reservas e a uma melhor coordenação entre os Estados-Membros**, devendo estas medidas ser complementadas por uma ação conjunta destinada a aumentar as importações de energia de outras regiões que não a Rússia. Foi ainda dada nota que muitos Estados-Membros já adotaram medidas a nível nacional, incluindo medidas fiscais e pautais, para proteger os consumidores mais vulneráveis.

Reunião informal dos ministros responsáveis pela Política de Coesão

Os ministros reafirmaram nesta reunião o seu [compromisso com a política de coesão, permitindo que as regiões da União Europeia possam responder aos desafios a longo prazo](#). Participou nesta reunião a Comissária Europeia responsável pela Coesão e Reformas, Elisa Ferreira, destacando-se a discussão sobre o 8.º relatório sobre a coesão, as suas conclusões relativamente às alterações climáticas, flexibilidade dos fundos da UE para fazer face aos desafios a longo prazo, como seja o fluxo de refugiados proveniente do conflito na Ucrânia em diferentes regiões, assim como a solidariedade para com este país e a importância da política de coesão da UE e do seu impacto positivo na redução do fosso de riqueza entre países da UE, por um lado, e na antecipação de transformações demográficas, climáticas ou digitais, por outro.

Videoconferência informal dos ministros da agricultura

A reunião focou o risco de [pressões sobre os sectores agrícola e agro-alimentar na sequência da invasão da Ucrânia](#), partilhando os ministros informações e previsões iniciais sobre oferta e preços, identificando questões que requerem uma vigilância particular e considerando medidas que poderiam ser tomadas tanto internamente como em termos de cooperação internacional. O Comissário responsável pela agricultura, Janusz Wojciechowski, expressou a sua intenção de ativar os **instrumentos de monitorização de crises**, em particular o mecanismo europeu de preparação e resposta a crises de segurança alimentar criado pela Comissão, considerar a introdução de medidas excepcionais no âmbito da regulamentação da OMC destinadas aos setores mais afetados pelo aumento dos custos dos factores de produção e medidas destinadas a assegurar e libertar a capacidade de produção da Europa em 2022.

Videoconferência informal dos ministros da Economia e das Finanças

Os ministros fizeram o [ponto da situação no que diz respeito à aplicação das sanções e às consequências das referidas sanções para as economias europeias](#), no âmbito da situação da Ucrânia. A Comissão apresentou uma análise preliminar do impacto das medidas nos mercados financeiros, na moeda, no banco central e no sistema bancário comercial da Rússia, tendo os ministros chegado a acordo para coordenar medidas nacionais para proteger os europeus e as empresas europeias no contexto do aumento dos preços da energia. Acordaram ainda em aumentar o apoio financeiro à Ucrânia e em estreitar a coordenação com o FMI, o BERD, o BEI e outros bancos multilaterais de desenvolvimento.

Conselho de Justiça e Assuntos Internos

A [reunião](#) foi dedicada, na área da justiça, ao estado das negociações sobre a proposta relativa à prova eletrónica, continuando o procedimento de notificação do pedido pela autoridade requerente à autoridade do Estado-Membro do local de estabelecimento do fornecedor privado a ser o ponto essencial da discussão. Foi também debatida a inclusão do discurso de ódio na lista de [crimes da UE](#), trocados pontos de vista com o Diretor da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia sobre o combate ao racismo e anti-semitismo e adotadas [conclusões](#) nesta área. Foi também discutido o [acesso a advogado e o papel deste acesso na proteção do Estado de direito](#). Na área dos assuntos internos, no âmbito da resposta à situação na Ucrânia, os ministros acordaram unanimemente no estabelecimento de um **mecanismo de protecção temporária em resposta ao fluxo de pessoas deslocadas** da Ucrânia, ativando a Diretiva 2001/55/CE do Conselho, relativa a normas mínimas em matéria de concessão de protecção temporária no caso de fluxo maciço de pessoas deslocadas e medidas tendentes a assegurar uma repartição equilibrada do esforço assumido pelos Estados-Membros ao acolherem estas pessoas e suportarem as consequências decorrentes desse acolhimento. Teve ainda lugar a primeira reunião do Conselho Schengen, adotando uma [abordagem geral para melhorar a avaliação deste mecanismo](#).

Reunião informal dos ministros responsáveis pelos assuntos europeus

Foi reafirmada a [solidariedade com a Ucrânia, a proteção e promoção do Estado de direito](#), o compromisso com os valores fundamentais da União, a importância do mecanismo de condicionalidade financeira e a criação de mais ferramentas neste âmbito, nomeadamente quanto à proteção dos media. Foi também preparada a **conclusão dos trabalhos da Conferência sobre o Futuro da Europa**.

11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A semana será dedicada à [sessão plenária do PE](#), em Estrasburgo, destacando-se:

- [Guerra na Ucrânia e resposta da UE à crise dos refugiados;](#)
- [Aumento dos preços da energia e manipulação do mercado do gás;](#)
- [Mecanismo de condicionalidade do Estado de direito;](#)
- [Semestre Europeu: recuperação económica e aspetos sociais;](#)
- [Mobilização do fundo europeu de apoio aos trabalhadores despedidos;](#)
- [Regras europeias sobre baterias e resíduos de baterias;](#)
- [Criação de duas comissões especiais e de uma comissão de inquérito.](#)

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [8 de março](#), destacando-se a *Ação europeia conjunta para uma energia mais acessível, segura e sustentável* e a *proposta para prevenir e combater formas específicas de violência baseada no género*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 07.03: [Reunião informal dos ministros responsáveis pelo Desenvolvimento](#); [Reunião informal dos ministros da Cultura](#)
- 08.03: [Reunião informal dos ministros das Telecomunicações](#)
- 10.03: [Reunião informal dos chefes de Estado ou de Governo](#)

12. ACADEMIA | ESTUDOS TEMÁTICOS

Dando continuidade à resenha dos principais estudos e trabalhos académicos publicados pelo PE, agrupados por Comissão Parlamentar na AR, damos nota da disponibilização da edição de fevereiro [aqui](#) e do arquivo *online* [aqui](#).

Bruxelas | 7 de março de 2022

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).